

PARA ALÉM DOS LIMITES DO URBANO: ÁREAS PERI-URBANAS E QUESTÃO AMBIENTAL

*Vitória Gehlen**

Resumo: O presente artigo objetiva divulgar os resultados preliminares de um projeto de pesquisa realizado na Universidade Federal de Pernambuco “Do Rural ao Urbano: a conversão do uso da terra na Mata Sul de Pernambuco”, Edital MCT/CNPq nº 01/2007. Iniciando com as prioridades do desenvolvimento e dos processos políticos que envolvem a conversão do uso da terra, este estudo destaca o processo de urbanização e seus efeitos no meio ambiente no município do Cabo de Santo Agostinho, na região sul de Pernambuco. As relações entre o urbano e rural têm sido entendidas em termos de interações e ligações sociais e econômicas. Essas relações podem ser na forma de estratégias familiares de sobrevivência que enquadram os dois setores, fluxos de mercadorias, capital e migração ou em novas formas de ‘urbanização’ que incorporam elementos do urbano e do rural. Essas abordagens são úteis, mas não enfatizam as relações políticas entre rural-urbano, em termos das escolhas políticas que foram e são feitas em relação ao uso da terra e aos processos políticos que facilitaram a conversão do uso da terra.

Palavras-chave: Espaço. Urbanização. Desenvolvimento. Meio ambiente. Interações rural-urbano.

Abstract: The present article aims to divulge the preliminary results of a research project accomplished at the Federal University of Pernambuco – UFPE, MCT/CNPq 01/2007 announcement. Starting from the developmental priorities and political processes that involved land conversion, this study highlights the urbanization process and its effects on the environment in the municipality of Cabo de Santo Agostinho, in the southern region of Pernambuco. Urban-rural relations have conventionally been understood in terms of social and economic interaction. This relationship can be expressed in form of familiar strategies of livelihood that encompass the two sectors, flow of goods, capital and migration, or new forms of ‘urbanization’ that incorporate elements of both urban and rural. These approaches are useful insights, but they do not overlook the politics of rural-urban relations in terms of the policy choices that are made relating the use of land and the political processes that facilitated land conversion.

Keywords: Space. Urbanization. Development. Environment. Rural-urban interactions.

* Professora Dr^a. da Pós-Graduação em Serviço Social/UFPE e da Pós-Graduação do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPE. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas – GRAPP/UFPE. Pesquisadora do CNPq.

INTRODUÇÃO

Ao se discutirem as interligações entre o rural e o urbano, deve-se ter um entendimento do rural e do urbano apoiado num conjunto de elementos que permitam a leitura de um espaço num determinado tempo, considerando que a realidade é sujeita a constantes transformações e seu movimento deve ser entendido em uma perspectiva histórica.

Nos períodos iniciais da colonização brasileira, a questão principal que se impunha para a agricultura e a sociedade colonial era a falta de mão-de-obra e falta de alimentos, quando o produto exportador básico estava em alta. Nesse período exigia-se uma ação do governo colonial no sentido de garantir uma produção alimentar num povoado de fronteira e nas franjas de grandes fazendas, para incentivar a expansão de pequenas fazendas nas terras incultas dos latifúndios (ABRAMOVAY, 2000; MARTINS, 1979).

Entre os anos de 1940 e meados de 1960, a agricultura passou a ser analisada de forma secundarizada pelos demais setores da economia brasileira como arcaica e o latifúndio, como símbolo do atraso. Esse debate levava à idéia de uma reforma agrária para o capitalismo e de uma via nacional de desenvolvimento capitalista no campo para criar mercado interno e viabilizar a indústria gerando divisas que sustentassem o prosseguimento da industrialização, acelerando a formação de um mercado livre de mão-de-obra.

Face aos conflitos sociais pela posse da terra ocorridos na região da Mata Sul de Pernambuco na década de 1960, e após o golpe militar de 1964, o regime militar promoveu uma reforma agrária, baseada no então criado Estatuto da Terra, viabilizado por uma política de crédito rural subsidiada que modificou o perfil produtivo da agricultura sem atenuar a concentração da propriedade e modificar a posse da terra. Promoveu, dessa forma, a liberação da mão-de-obra do meio rural e da abertura de mercado para os produtos industrializados pela via da mudança do padrão tecnológico e da transformação das relações de trabalho, processo esse denominado de modernização conservadora, desigual entre regiões e produtos, parcial e excludente no que diz respeito a seus efeitos sociais e ecologicamente danosos, em termo de impactos sobre o solo e demais recursos naturais.

Nesse período, os pequenos produtores rurais são excluídos do processo, perdem suas terras e são desapropriados de suas áreas inundadas por barragens e privados de acesso a contratos de arrendamento, parceria e outras formas de acesso à posse da terra pelas mudanças introduzidas nas relações de produção e trabalho. São atores de um mundo rural em decomposição que foram excluídos do campo e ao mesmo tempo tiveram seu acesso bloqueado à plena vivência da cidade, seus empregos, seus serviços, suas possibilidades de participação política e mobilidade social, ou seja, seu espaço singular de usufruto dos direitos da cidadania (FERREIRA et alii, 1999).

No contexto das relações urbano/rural-cidade/campo delineado na pesquisa no município do Cabo de Santo Agostinho, a compreensão da realidade exigiu um esforço de aproximação da totalidade, pois a realidade não se constrói, é apreendida, mesmo que parcialmente, no contexto de múltiplas e complexas situações (LEFEBVRE, 1991).

Nesse sentido, a própria forma de coleta das informações baseada na divisão político-administrativa das cidades para separar o rural e o urbano nem sempre permite apreender o movimento da realidade, pois tal divisão ignora sua inserção num contexto espacial específico, numa rede mais ou menos densa de cidades em certo momento técnico e com um determinado conjunto de infra-estrutura em uma formação econômico-social específica que envolve, segundo Lefebvre (1963, p. 75)

o processo concreto que se desenrola a base de certo desenvolvimento das forças produtivas. O estudo de cada formação econômico-social revela a ação eficaz – política, administrativa, jurídica e ideológica – das grandes personalidades, mas nas condições e nos limites do tempo e do lugar, isto é, do modo de produção e da classe.

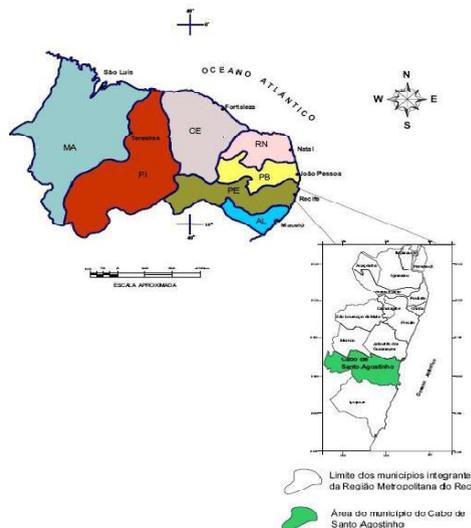
De acordo com autor, é o conteúdo socioespacial que diferencia o espaço rural e o urbano, é o conjunto de informações que permite uma análise mais consistente das ligações entre o urbano e o rural, porque permite perceber as imbricações entre as dimensões e, portanto, apreendê-los em sua complexidade. Lefebvre (1999) reconhece o urbano como processo tendo como fundamento as contradições sociais derivadas das relações sociais conflituosas, relações de classe, pressupondo o papel fundamental da práxis – das práticas urbanas. Dentro de sua perspectiva teórico-metodológica, tanto a cidade quanto o processo de urbanização se apresentam enquanto movimento do urbano e expressam determinada forma e conteúdo derivada de contextos histórico-espaciais específicos. Isto implica concebê-lo como condição, meio e produto ao mesmo tempo, manifestação dos conflitos entre a necessidade de capital em seu processo de (re) produção e as necessidades das sociedades como um todo.

Na atualidade, o processo de urbanização em curso na Zona da Mata Sul de Pernambuco, nele incluindo o município do Cabo de Santo Agostinho, retrata uma dinâmica, em que urbano e rural permanecem como construções sociais diferenciadas, urbanidade e ruralidade, mas a oposição cidade e campo atenua-se, como sugerem Santos e Silveira (2001), pela absorção no campo de tecnologias e sistemas produtivos surgidos da aplicação do conhecimento científico desenvolvido na cidade, manifestando-se numa nova organização territorial. Considerando tal perspectiva teórico-metodológica, este artigo pretende analisar as configurações socioespaciais que preconizam o processo de constituição da sociedade urbana no município do Cabo de Santo Agostinho

O MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO E SUAS CONFIGURAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS

Localizado a 30km de Recife, o município do Cabo de Santo Agostinho situa-se na porção Sul da Região Metropolitana do Recife (RMR), participando da micro-região do Complexo de SUAPE, no Estado de Pernambuco. Limita-se ao Norte com os municípios de Vitória de Santo Antão, Moreno e Jaboatão dos Guararapes, ao Sul com os municípios de Escada e Ipojuca, a Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com os municípios de Escada e Vitória de Santo Antão. Segundo o IBGE (2009), o município possui uma população de 173.583 habitantes, dos quais 87% correspondem à população urbana e menos de 13 % à população rural.

Com uma densidade demográfica superior a 401,4 hab./km², Cabo de Santo Agostinho tem uma incidência de pobreza de 57,1%. A economia do município baseia-se nas atividades agroindustriais e industriais. Segue-se o setor agrícola, com destaque para a cultura da cana de açúcar. O município do Cabo está vinculado à região de desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – RMR. Conforme já referido, a urbanização é superior a 80% e tem 60% do seu território ocupado por terras voltadas à plantação de cana de açúcar, porção que constitui uma área do município geográfica e historicamente relacionada aos problemas da Zona da Mata (Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos – CPRH, 2006).



Fonte: CPRH, 2006.

Figura 1: Localização do Cabo de Santo Agostinho

O Cabo de Santo Agostinho, na segunda metade do século XX, tornou-se o centro das atenções da dinâmica econômica de Pernambuco. O Cabo agrícola, exportador, da monocultura açucareira, transforma-se no Cabo industrial. Apesar da presença forte da cultura da cana ocupando vasta área de seu território, surge o novo Cabo sincronizado com o país da modernização. O Cabo industrial traz consigo perspectivas da diversidade (agrícola e industrial) que ainda está em processo de formação (BERNARDO, 2006).

O Distrito Industrial estimulou a criação de infra-estrutura física e tecnológica e transformou o espaço urbano do Cabo. Superposto a isso, surgem as vantagens locais do município do Cabo, o seu caráter metropolitano e as condições físicas apropriadas para a criação de um porto proporcionaram o cenário necessário (geográfico, econômico e político) para que já no fim da década de 1960, ainda no período do regime militar, o governo do Estado de Pernambuco elaborasse o projeto do Complexo Industrial e Portuário de Suape – CIPS – cujos objetivos fundamentais eram atrair indústrias e dinamizar a economia de Pernambuco. Tais projetos se sobrepõem às características físicas, ao processo histórico de ocupação e aos modos de produção. A expansão da capital chega ao município por meio da implantação do mega-conjunto habitacional Pirapama e, em seguida, da implantação do Complexo Portuário de Suape, da abertura de vias de acesso ao Complexo e consequentemente às praias. Nos últimos anos sua população teve crescimento considerável e a sua taxa de urbanização o configurava como eminentemente urbano (BERNARDO, 2006; CPRH, 2006).

Tabela 1
Cabo de Santo Agostinho: Taxa de Urbanização

População por situação de domicílio, 1991 e 2009		
	1991	2009
População total	127.036	173.583
Urbana	109.763	134.486
Rural	17.273	18.491
Taxa de Urbanização	86,40%	87,91%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2001 – IBGE, 2009.

No município do Cabo de Santo Agostinho o crescimento urbano ocorreu de forma horizontal ocasionando a invasão das terras agrícolas e do entorno rural que antes formavam um cinturão verde ao redor da cidade do

Cabo. Pode-se observar a construção de conjuntos residenciais na sua hinterlândia (Cidade Guarapu), grandes conjuntos residenciais privados, compostos de casas para classe média (condomínio Praia da Enseada dos Corais) ou condomínios residenciais para classe nível A, na área costeira (Residencial da Praia do Paiva), entre outros. As zonas de abastecimento agrícolas vêm sendo realocadas das áreas ao Sul e Leste da cidade onde se localizam as zonas industriais do complexo portuário de SUAPE e o Complexo Hoteleiro Costa Dourada.

Com a construção da Barragem de Pirapama para abastecimento do complexo industrial, as mudanças que ocorreram nessas áreas vêm afetando o antigo sistema de canais e impedindo o curso natural das águas levando a um processo de salinização e estagnação das áreas de mangue. O barramento das águas do rio Pirapama e sua apropriação pelo complexo de Suape, conforme pesquisa e elaboração de mapa cartográfico realizada por Silveira (2010), vêm dificultando o atendimento às necessidades de abastecimento da cidade do Cabo por água potável. Conforme Parahyba Júnior (2010), os dejetos líquidos e o lixo resultante da expansão urbana e das zonas industriais vêm aumentando a concentração de metais pesados, de detergentes, de chorume e organismos patogênicos nos mananciais e lençóis freáticos.

Essas mudanças também vêm alterando substancialmente o padrão de uso da terra na zona dos pequenos produtores, os sítios e assentamentos existentes no entorno da cidade do Cabo. A plantação de verduras, como o tomate, vem desaparecendo e as condições que permitem a cultura podem somente ser mantidas com o uso de fertilizantes químicos, inseticidas, herbicidas e fungicidas aumentando, por sua vez, o nível de poluição da água, do solo e do ar. A procura e o uso indiscriminado de lazer nas áreas costeiras, nas “áreas verdes” e nas atividades consideradas rurais, como “pesque e pague”, também vêm aumentando o processo de desflorestamento.

No início dos anos de 1970, o município do Cabo de Santo Agostinho foi reclassificado em regiões administrativas e políticas e dividida em “urbana” e “agrícola”. As regiões políticas tiveram permissão para se desenvolverem como zonas agrícolas – Jussaral e Ponte dos Carvalhos. Essa nova classificação levou a importantes mudanças no preço das terras, que se valorizaram mais por seu potencial de desenvolvimento urbano do que no seu original uso agrícola, estimulando a urbanização de qualquer área remanescente do “cinturão verde”. No âmbito desse processo de crescimento urbano, a criação de gado e as atividades agrícolas que existiam nessas regiões foram deslocadas ou remanejadas para áreas vizinhas ou engolidas pela restante massa urbana tornando-se “ilhas” de agricultura dentro da cidade.

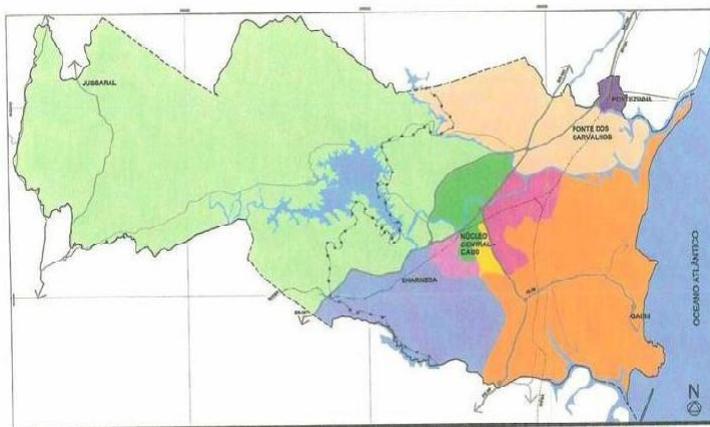


Figura 05. Áreas Político-Administrativas (APA's)



Fonte: PMCSA, 2006

Fonte: Plano Municipal do Cabo de Santo Agostinho – PMCSA, 2006.

Figura 2: Divisão Político-administrativo do Município do Cabo

O efeito geral da urbanização vem sendo a intensificação de poluição urbana conforme quadro 1. Isto tem afetado os recursos – água, solo e ar – e o meio ambiente da agricultura, reduzindo a plantação de produtos tradicionais, tais como feijão e milho. Esta situação vem sendo combinada como o abandono da atividade agrícola em favor do trabalho ocasional na cidade, levando ao círculo vicioso que é o desamparo das terras agrícolas, expansão urbana e poluição. A extensão dos efeitos nocivos desses poluentes sobre os seres humanos, animais e plantas não tem sido ainda muito bem avaliada.

Quadro 1

Geração de poluição urbana.

ORIGEM	POLUENTES	MEIO AMBIENTE
Emissões Atmosféricas	CO – Monóxido de Carbono	Transforma-se em CO ₂ , contribuindo para o efeito estufa.
	NOx (Óxido de Nitrogênio)	Danos na vegetação e solo; chuva ácida; contribuição para o efeito estufa
	SOx (Óxidos de enxofre)	Danos na vegetação e solo; chuva ácida.
	NH ₃ (Amônia)	Danos na vegetação e solo
Efluentes Líquidos	H ₂ S (Ácido sulfídrico)	Odor desagradável no ambiente; danos na vegetação (necrose nas partes superiores das folhas) e solo
	HCl (cloroeto/ ácido clorídrico)	Poluição salina (polui rios e corpos d'água alterando o pH, eliminando algumas espécies de animais aquáticos em concentrações elevadas)
	Efluentes de esgotamento sanitário	Contaminação dos rios, flora e fauna, podendo haver morte desses organismos e extinção de espécies mais sensíveis
Resíduos Sólidos	Enxofre	Chuva ácida; danos à vegetação; alterações químicas do solo; poluição do ar.
	Metais (Cd, Cr, Cu, Pb, Ni, Zn, P)	Contaminação de animais e vegetação; supressão da vegetação; alterações químicas do solo.
	Resíduos sólidos industriais classe III	Aspecto estético desagradável, desfiguração das paisagens; contaminação da água, ar e solo; degradação/restrição do uso do solo; risco de acidentes com animais domésticos e silvestres.

Fonte: GURGEL et alii, 2009; PARAYBA JR., 2010; SILVEIRA, 2010.

É na zona urbana do Cabo que se localiza a sede do município, sendo a área que contém o centro da cidade e as funções política e administrativa. Suas características são urbanas, representando o lugar de trabalho e residência dos trabalhadores não agrícolas.

O processo de urbanização vem “rompendo” ou “pressionando” os limites políticos dos distritos e municípios politicamente definidos do seu entorno, engolfando a produção pecuária, causando o abandono de outras atividades agrícolas e levando a uma deterioração do meio ambiente. Os projetos do Complexo de Suape e do Complexo Turístico Costa Dourada provocaram a degradação das áreas do seu entorno como também das regiões vizinhas, dando início à geração de novas formas de poluição dos recursos naturais. No entanto, a urbanização vem continuando e afetando certos ecossistemas não somente devido às construções, mas, também, devido aos novos usos desses recursos como um resultado da demanda urbana por habitação e lazer.

No fim da década de 1990 e início de 2000, as pressões da urbanização e as ameaças às zonas de agricultura tradicional continuaram. As modifi-

cações provocadas pela execução dos projetos industriais e turísticos vêm provocando grandes desapropriações, conseguidas por meio de lutas, de assentamentos rurais tradicionais.

A ADAPTAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA A UM NOVO MEIO AMBIENTE

Apesar dos impactos ambientais e expansão da cidade do Cabo de Santo Agostinho que fizeram grande pressão nas formas da agricultura de subsistência tradicional, os antecedentes de uma cultura e estilo de vida fortemente ligados à agricultura vêm assegurando a sobrevivência desse sistema tradicional de produção reforçada pelas relações entre um estilo de urbanização ocidental e a agricultura, como e desenvolvimento de atividades de jardinagem nos condomínios e a criação de animais de estimação para revenda. Novos modos de utilizar o espaço agrícola vêm emergindo, com a criação de uma rede de relações sócio-econômicas.

Lefebvre (1991, p. 68), ao analisar as relações cidade/campo, ressalta que

a vida urbana penetra na vida camponesa, despojando-a de elementos tradicionais: artesanatos, pequenos centros que desaparecem em proveitos dos centros urbanos (comerciais e industriais; redes de distribuições, centros de decisões, etc.). As aldeias se urbanizam perdendo as especificidades camponesas.

O autor define três períodos históricos que podem ser observados, com as modificações necessárias ao período histórico, na realidade histórica do Cabo de Santo Agostinho: o período agrário, o industrial e o urbano. No agrário existia uma divisão cidade-campo baseada na divisão do trabalho, prevalecendo o valor de uso sobre o valor de troca, e dos costumes dos habitantes sobre a produção. No industrial, generalizam-se a troca e o comércio, a terra transforma-se em mercadoria, desaparecendo a cidade como obra pela extensão do produto. Nessa fase no Cabo de Santo Agostinho pode-se observar modificações tecnológicas e modernizadoras dos engenhos e usinas da área, denominadas de ‘modernização sem mudanças’ por Eisenberg (1977). Isso não significou o desaparecimento da realidade urbano-rural, mas sua generalização, sendo a cidade restituída pela industrialização numa escala da sociedade inteira. Nesse processo, as relações de produção ampliam-se conquistando uma base mais extensa, atraindo simultaneamente a agricultura e a realidade urbana. Para o autor, o urbano é um conceito teórico,

... é uma forma, a do encontro e da reunião de todos os elementos que constituem a vida social dos frutos que a terra nos oferece (trivialmente os produtos agrícolas) até os símbolos e as obras denominadas culturais. O urbano mani-

feita-se no seio do mesmo processo negativo da dispersão, da segregação, enquanto que exigência do encontro, da reunião, da informação. (LEFEBVRE, 2008, p. 85).

Lefebvre não nega a existência da cidade e do campo e das relações mútuas, que um período histórico nega ou suprime as atividades do outro, ou seja: no período industrial as atividades agrícolas seguem existindo e no urbano as atividades industriais também permanecem. Nesse sentido, o urbano não nega o rural nem é sinônimo de cidade. Enquanto forma, o urbano é simultaneidade e designa um processo, a constituição da sociedade urbana, processo esse que nasce da industrialização com sua lógica que leva prevalência das trocas, da compra e venda e do mundo da mercadoria, do dinheiro e do capital (ibidem).

A diferença entre esses espaços se produz em função da divisão do trabalho, correspondendo à cidade as funções de administração e comando, mas a separação pode ocorrer em função do crescimento das forças produtivas e de novas relações de produção. Nesse sentido, urbano e rural permanecem como conteúdos sociais diferenciados, urbanidades e ruralidades, mas a oposição cidade-campo atenua-se (LEFEBVRE, 1991).

Numa tentativa de se aproximar da perspectiva teórico-metodológico do autor, este estudo procura apreender a realidade, mesmo que parcialmente, do município do Cabo de Santo Agostinho com base na delimitação de três espaços simultâneos em uma mesma realidade, aqui identificados como: urbano, suburbano e peri – urbano e que mantêm relação de simultaneidade.



Fonte: GEHLEN, V.

Figura 3: Uso do espaço no Cabo de Santo Agostinho

O ESPAÇO URBANO É, AO MESMO TEMPO, PRODUTO E PRODUTOR DE DIFERENCIAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

A abordagem do espaço como um conjunto de lugares, resultado da interação singular de grupos sociais com seu entorno mais próximo, ou a coexistência de grupos sociais particulares, que, apesar de compartilharem o mesmo espaço, têm diferentes modos de vida, relações de trabalhos e relações com o meio ambiente, permite tanto o estudo quanto o planejamento de ações diferenciadas sobre grupos socioespaciais dentro de uma mesma região, entendendo o espaço como espaço-lugar. Na concepção de Milton Santos (1999), os lugares seriam produto da vida cotidiana e mesmo uma resistência ao processo de globalização e homogeneização do espaço. Segundo o autor, o espaço, ao invés de uma mera localização, deve ser substituído pelo lugar como experiência, como padrão de troca e significados, porque o lugar atribui a cada elemento constituinte do espaço um valor particular. As potencialidades e limitações do uso do espaço decorrem da diversidade dos seus conceitos e conteúdos. O espaço é, ao mesmo tempo, produto produtor de diferenciações sociais e ambientais, processo que tem grande reflexo sobre os grupos sociais e envolve o valor do solo e uso do solo de modo a valorizar regiões com melhores condições ambientais e desvalorizar áreas degradadas (SANTOS 1998).

A produção agrícola no espaço urbano é derivada de práticas de pecuária ou criação que existiam antes do processo de urbanização. Uma característica importante desse modelo é que o sistema de pecuária ou de criação de animais está enquadrado no conceito 'urbano', com acesso à infraestrutura e a serviços públicos causando o aumento no valor da terra.

O aumento do preço da terra ocasionou aos moradores urbanos a combinação da habitação com o processo de produção e estimulou a intensificação do uso da terra para fins agrícolas. Uma extensão disso é a reversão do espaço urbano, por exemplo, usando os quintais das casas para manter a criação de animais domésticos, como galinhas, porcos, vacas, e usando as ruas, praças e calçadas como pastagem.

No entanto, a característica mais importante nesse modelo urbano é sua fundamentação em duas premissas básicas: a disponibilidade de restos de vegetais e frutas dos mercados da cidade e o processamento de alimentos como um suplemento de dieta animal e, segundo, a demanda sustentada da população local pelos resultantes produtos agrícolas.

Uma consideração adicional é a pressão para produzir dentro de um ambiente urbano que não existe no equivalente rural. Isso é salientado pelo problema dos resíduos agrícolas e a pressão pela coleta do lixo que existe dentro do ambiente urbano que, por necessidade, leva ao desenvolvimento de uma 'cadeia de uso' em que o lixo, produzido pelos porcos e gado no modelo de agricultura urbana, é usado como uma fonte de material orgânico nos modelos de agricultura suburbana e peri-urbana.

A população dominante no espaço urbano é heterogênea: trabalhadores não agrícolas e migrantes que mantêm sua própria cultura, que, na falta de espaço agrícola, vem assegurando que os animais são, cultural e socialmente, ligados ao meio ambiente humano.

O sistema principal desse modelo inclui a criação nos quintais de galinhas, perus, patos, pombos, galos, coelhos, porcos, cabras e gado leiteiro e produtos de horticultura, ervas medicinais, plantas e flores decorativas. No entanto, nas áreas urbanas é considerado 'ilegal' criar animais, mas a fiscalização tende a ignorar sua presença, embora as pessoas receiem receber multas ou serem alvo de uma ação legal pela atividade. Mas é interessante observar que existe uma quantidade maior de galinhas no espaço urbano do que no peri-urbano, apesar de haver maior espaço e, portanto, um maior potencial para a criação de animais.

A DESCOBERTA DE NOVOS USOS DO ESPAÇO SUBURBANO: A COMBINAÇÃO DE TURISMO, AGRICULTURA E PESCA

O segundo lugar de produção agrícola resultante da urbanização é o modelo suburbano. Aqui, a nova infraestrutura urbana vem sendo superposta sobre o quadro rural original, formando uma nova fronteira à agricultura. Apesar do intensivo uso do espaço, derivado das pressões da urbanização, o preço das terras flutua entre os níveis da agricultura e do urbano, atuando como um indicador da viabilidade do uso da terra para agricultura. São espaços de 'recepção' para os migrantes à procura de emprego/ocupação permanente na cidade enquanto ainda mantêm laços com sua comunidade de origem. O resultado é uma estrutura social multicultural.

O melhor exemplo do espaço da agricultura suburbana são as terras que foram desapropriadas e derivadas das lutas sociais por reforma agrária, como o Engenho Tiriri, e o Engenho Mercês, situados na área do Complexo Portuário de Suape, onde a forma de agricultura tradicional vem sendo modificada a fim de funcionar dentro de um meio ambiente degradado. Atualmente é usada no plantio do inhame, milho e coco da baía, a fim de atender às necessidades do mercado local, como também da cana de açúcar, que é mais resistente e se adapta melhor as condições de um meio ambiente degradado.

Está claro que a influência da cidade tem afetado o modo agrícola de produção. Uma dessas mudanças está no modo de propriedade da terra por meio do qual a propriedade privada tem sido garantida em terras que antes eram consideradas área comunal ou da União, como as áreas costeiras da marinha e os mangues em seu entorno. Estes vêm sendo ocupados e aterrados para uso do complexo turístico, os mananciais e estuários, que, após a construção da barragem de Pirapama, vem sendo 'preservado' para uso do

Complexo Portuário de Suape, espaços antes usados pelos pescadores artesanais, catadores e catadoras de marisco, sururu e pitu.

Outra mudança é a predominância de pequenas propriedades em áreas de cultivo que eram características da monocultura tradicional. Isso pode ser associado com as desapropriações para fins sociais dos antigos engenhos e usinas de açúcar e a criação dos assentamentos rurais para o Movimento dos Sem-terra, tornando a terra de uso potencial para a urbanização, denotando mais preocupação com a produção individual do que com atividades comunitárias.

Outro fator que vem influenciando a (re)produção do espaço é o aumento da necessidade de recreação, que vem atraindo turistas para as áreas costeiras. Isso tem levado a um novo uso do espaço suburbano como um centro de recreação das famílias e como um lugar da descoberta da natureza e da cultura perdidas no processo de urbanização. Essa combinação de turismo, agricultura e pesca tem incentivado uma revitalização da história colonial e dos monumentos arquitetônicos existentes. Desse modo o turismo tem sido responsável pelo resgate das antigas formas de produção, como a fabricação e a venda de doces artesanais que vem permitindo a entrada de produtos, como a castanha de caju, oriundos de regiões vizinhas.

NO ESPAÇO PERI-URBANO PREDOMINA A CARACTERÍSTICA RURAL

O terceiro espaço de produção agrícola é o modelo peri-urbano. Ele consiste no último espaço rural remanescente na zona do município do Cabo; embora nele exista uma infraestrutura urbana e claras indicações de uma influência urbana, ele continua tendo uma característica rural. O encontro do rural e do urbano vem criando um novo conceito de ‘povoado metropolitano’, onde um modo de vida rural coexiste e se mistura com uma cultura de cidade. Isso, ao contrário do modelo suburbano, tem permitido que o uso das terras agriculturáveis continue permanecendo suficientemente rentável vis-à-vis o uso da terra urbana sendo devido à existência de uma sociedade monocultural que tem prevalecido, apesar da imigração.

Em relação à forma de produção, o modelo peri-urbano mantém um modo de produção dependente da renda, tanto da terra quanto do emprego urbano dos demais membros da família, de tal forma que a renda familiar passa ser a soma de diferentes atividades: agrícolas, comerciais e emprego permanente na cidade. Um fator adicional que tem reforçado a ligação com o urbano é a introdução de um sistema de transporte urbano que tem feito possível a comunicação do ‘povoado metropolitano’ com o centro da cidade. Inevitavelmente, isso tem tido uma forte influência cultural. Mas a atividade principal entre os trabalhadores continua sendo produção em pequena escala, enquanto a pecuária ou a criação não se destina ao consumo próprio,

servindo para reduzir o ‘risco’ em períodos de entre-safra e desemprego na cidade.

O sistema agrícola predominante no modelo peri-urbano, onde predominam os engenhos e usinas de açúcar, é a monocultura da cana-de-açúcar. Embora exista uma variedade de sistemas de produção dentro dessa zona, como as hortas familiares, criação de animais, frutas e legumes, o cultivo do inhame/mandioca é o mais importante economicamente devido à grande demanda da cidade, ilustrando uma associação muito próxima entre o ‘povoado metropolitano’ e o centro urbano.

Na produção do espaço peri-urbano um lugar importante é ocupado pela recreação. Essas zonas são particularmente populares nos grupos de média e baixa renda, que nos fins de semana procuram o isolamento das áreas rurais e comidas tradicionais, como carne de sol, queijo de coalho, buchada, ‘pituzada’. Para atender à demanda dos turistas locais podem ser encontrados na área pequenos restaurantes especializados nesses pratos e petiscos, representando uma adaptação cultural e fonte de renda.

A persistência da atividade agrícola dentro e perto da cidade urbanizada é um claro exemplo do forte laço cultural entre os habitantes da cidade e seus antecedentes agricultores do período colonial. Uma população inovadora, enfrentando sérios problemas de degradação ambiental trazidos pela urbanização, vem encontrando caminhos para se adaptar a essas novas condições e tem desenvolvido novas técnicas que permitem continuar com suas atividades agrícolas dentro de um novo modelo de produção. Além do mais, essa ‘habilidade’ para improvisar tem implicações na procura por uma relação de sustentabilidade entre o meio ambiente natural, socioeconômico e o manejo dos animais.

ACERTANDO AS COORDENADAS

Ao analisar os problemas que são confrontados na interligação rural-urbana dentro de um espaço que não é nem urbano nem rural, é importante entender o papel adotado pelas autoridades locais. Por exemplo, as políticas de promoção da industrialização e agricultura mecanizada, ligadas ao desenvolvimento da ‘revolução verde’, ignoravam os recursos naturais e os produtores nas áreas suburbanas e peri-urbanas como também não davam apoio à produção no espaço urbano e não permitiam nem reconheciam os animais que pastavam na cidade. Essas políticas fracassaram na sua implementação pelo desconhecimento de uma agricultura que vinha sendo desenvolvida dentro de um contexto de ‘povoado metropolitano’, como ilustrado acima.

Em contraste com a falta de visão dos políticos, a imaginação e a capacidade dos pequenos agricultores vêm fazendo possível a produção agri-

cola dentro de um meio ambiente urbanizado. Têm também demonstrado a capacidade dos setores desprotegidos de gerar soluções alternativas em face da ‘catástrofe ambiental’ apresentada pelo crescimento da urbanização e promovida pelos dois grandes projetos de desenvolvimento econômico, o Complexo Portuário de Suape e o Projeto Turístico Costa Dourada. Os pequenos agricultores vêm reorganizando o espaço, encontrando novos meios de usar as terras degradadas, modificando o sistema de agricultura tradicional em resposta às demandas do setor urbano e utilizando o lixo proveniente das frutas e dos vegetais, descartado nos mercados, como fonte de alimentos para os animais e adubo.

Dentro desse contexto, a oportunidade que surge é encontrar formas de desenvolvimento da agricultura para as cidades, desviando-se das formas de produção mecanizadas que põem em risco o meio ambiente para um sistema de agricultura urbana caracterizada pela auto-conservação de tecnologias que evitam a poluição e degradação do meio ambiente, e que permitam a geração e aumento da renda beneficiando, desse modo, parte da população que possui escassos recursos econômicos.

A sugestão de que o desenvolvimento agrícola dentro da cidade poderia basear-se no existente sistema urbano apoia-se no fato da existência de relações de trabalho muito próximas entre os diferentes sistemas, formando uma complexa estrutura agrícola na qual, por exemplo, os resíduos sólidos de um sistema, ou seja, o lixo reciclado da cidade podem e devem ser usados como uma fonte de material orgânico e de nutrientes em outro sistema, ou seja, adubação do solo. Isso pode permitir, no médio prazo, um progresso mais eficiente no uso de recursos naturais renováveis e o abandono de formas de produção baseadas no uso de combustíveis fósseis como o petróleo. É preciso salientar que a urbanização sempre foi um problema desde o início da era moderna, embora as cidades tenham existido muito antes dela. Precisa-se ter consciência das relações sociais e ecológicas que existem dentro das cidades além do processo econômico de produção e consumo (BOOKCHIN, 1992).

Ao apresentar tais considerações, a intenção deste estudo foi mais de situar alguns parâmetros do que optar por uma proposta para o planejamento de políticas públicas. Sem dúvida que o trabalho – as atividades às quais os habitantes de uma dada localidade se dedicam – é um fator a ser considerado na definição de um lugar com caráter urbano ou rural. Os conceitos devem ser pensados em função do movimento da realidade e das transformações que são operadas em diferentes escalas e dimensões.

Tal discussão deve ser pautada no contexto espacial e histórico e mediada não somente pelo tamanho demográfico de uma cidade, mas por sua inserção num contexto espacial específico em um momento histórico datado, numa rede mais ou menos densa de cidades e com um determinado conjunto de infraestrutura e em uma formação econômico-social específica,

em que certas comparações só podem ser estabelecidas tendo como pressupostos as diferenças sociais, econômicas, políticas, ideológicas, culturais (LEFEBVRE, 1963).

A proposta aqui desenvolvida com base na pesquisa realizada não é fácil de ser alcançada. Para tanto é necessário estabelecer uma relação de trabalho entre pesquisadores, ONGs, associações de moradores, organizações de trabalhadores e autoridades da cidade, na qual as modificações no meio ambiente da cidade e a emergência de uma nova geração de sistema urbano agrícola sejam admitidas.

O reconhecimento desses sistemas de produção poderiam facilitar a implementação de pesquisas relevantes, que focalizassem a integração desses sistemas com o seu meio ambiente, aperfeiçoando sua gestão e reduzindo os obstáculos apresentados pelos políticos. Também deve ficar claro que o produtor agrícola urbano tem responsabilidades e obrigações de seguir certas ‘regras’, tais como uma administração aceitável dos animais e a eliminação dos odores, insetos e ratos que são associados com a produção de animais.

Face ao exposto deve-se considerar qual o tipo de cidade se precisa – e se isto envolve um modelo de desenvolvimento em harmonia com a natureza, visto que a temática ambiental vem sendo considerado um desafio civilizatório incontestável, o qual vem se integrando à agenda política das nações. As condições e ambientes de trabalho do ser humano fazem parte de e interagem com ambientes mais gerais e ecossistemas e não se pode menosprezar a importância da questão ambiental para o futuro da humanidade como um todo nem polarizá-la com questões específicas dos movimentos dos trabalhadores. Trata-se de discutir ambos os problemas de forma articulada com a luta pela democracia, justiça social e sustentabilidade, não aceitando qualquer desenvolvimento ou qualquer emprego a qualquer preço, evitando fragmentar a defesa da natureza, das necessidades dos trabalhadores e das comunidades que habitam os lugares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA, n.702, 2000, 33p.

BERNARDO, J. *Sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social: os limites e avanços do Programa Coleta Seletiva de Lixo no Município do Cabo de Santo Agostinho, 1998/2004*. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BOOKCHIN, M. *Urbanization without cities: the rise and decline of citizenship*. Institute of Policy Alternatives of Montreal (IPAM). Montreal/New York: Black Rose Books, 1992.

CARLOS, A. F. *A (re) produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

- CPRH – Agência Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. *Análise situacional – Cabo de Santo Agostinho*, 2006. Disponível em: www.cprh.gov.pe.br/downloads/cabo/3.1caboanalise-situacional.pdf
- EISENBERG, P. L. *Modernização sem mudanças: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro/Campinas: Paz & Terra/Unicamp, 1977.
- FERREIRA, A. D. D.; SILVA, C. P.; ANTUNIASSI, M. H. Assentamentos Rurais e Reforma Agrária no Brasil: Organização da Produção Agrícola, Condições de Vida e Sustentabilidade. *Cadernos CERU*, São Paulo: Série 2, n. 10, 1999.
- GEHLEN, V. *As dandaras de Hoje*. Projeto de Extensão. Recife: PROEXT/UFPE, 2009.
- _____. *Do rural ao urbano: a conversão do uso da terra na Zona da Mata Sul, Pernambuco*. Projeto de pesquisa CNPq, 2005.
- _____. *Espaço na contemporaneidade – A emergência nas relações de gênero e no trabalho*. Recife: Projeto PIBIC, 2006.
- _____. E. *Conflitos na produção do espaço: um estudo de caso em Gaibu, PE*. In: Observa Nordeste – Fundação Joaquim Nabuco, 2005 Recife. Disponível em: www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/gehlenbryon.pdf, 2005.
- GEHLEN, V.; BRYON, E. *Comunidade costeira: a natureza do lugar*. Recife: Simpósio Internacional sobre Comunidades Costeiras, UFRPE, 2004.
- GURGEL, A. et alii. *Framework dos cenários de risco no contexto da implantação de uma refinaria de petróleo em Pernambuco*. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2009.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Armand Colin, 1974.
- _____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. *O marxismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.
- _____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- PARAHYBA JUNIOR, R. A. P. *Análise das políticas públicas de gestão de resíduos sólidos urbanos e seus impactos no Cabo de Santo Agostinho/PE*. 2010. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio-ambiente). PRODEMA/UFPE, Recife.
- SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade*. 1 ed. São Paulo/Campinas: EDUSP/Hucitec, 1994.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1998.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Campinas: Hucitec, 1999.
- _____. *O espaço dividido*. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M.E.B.; SOBARZO, O. (Orgs.). *Cidades médias: produção do espaço*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SOBARZO, O. O Urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: *Cidade e campo: relações e Contradições entre Urbano e Rural*. Ed Expressão Popular, São Paulo, 2006.
- SILVEIRA, K. *Conflitos Socioambientais e Participação Social: Uma análise dos conflitos socioambientais no Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco*. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.